

Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica

Francisco José Soares Teixeira
São Paulo: Cortez Editora, 2004

NELSON PRADO ALVES PINTO*

Para aqueles que se interessam pelos temas econômicos, é provável que a sociedade contemporânea apresente um curioso paradoxo: embora nunca o econômico tenha sido tão invocado para explicar (ou justificar) as nossas mazelas cotidianas, um exame mais cuidadoso daquilo que comumente se caracteriza como a vertente dominante da Ciência Econômica revela um profundo desconcerto.

Em termos mais concretos, pode-se dizer que as carências materiais do mundo moderno – a fome e a doença, entre outras – são raramente decorrentes da insuficiência de recursos produ-

tivos ou de conhecimento técnico. Pelo contrário, essas dificuldades quase sempre refletem a falta de acesso aos bens necessários ou aos tratamentos adequados, já difundidos e abundantes. Talvez a AIDS na África subsaariana seja um dos exemplos mais expressivos deste estado de coisas – 2,2 milhões de mortos apenas no ano de 2003¹. A dimensão econômica desta incapacidade social é geralmente atribuída aos “imperativos” da economia política, que têm se mostrado tão insuperáveis quanto a proliferação do *Yersinia pestis* na Europa de meados do século XIV – quando a *Peste Negra* dizimou aproximadamente um quarto da sua população.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

¹ UNAIDS (2004) “Report on the global HIV/AIDS epidemic”, July, in www.avert.org/subadults.htm.

É bem verdade que a maioria dos europeus de hoje desfruta de um padrão de vida bastante superior àquele que vigia seis séculos atrás, mas é igualmente verdadeiro que o extraordinário crescimento econômico, ocorrido ao longo deste mesmo período, não logrou arrancar da pobreza – como seria de se esperar – a maior parte da população mundial. Neste particular e para ficar numa ilustração que nos é especialmente próxima, poucos se interrogam sobre os obstáculos materiais ou técnicos que impedem o provimento das necessidades básicas da população brasileira – refiro-me à alimentação, à habitação, à saúde etc. Eles simplesmente não existem, num país notoriamente bem-dotado de recursos naturais e com baixa densidade populacional. A sociedade brasileira, no entanto, não consegue sequer instituir um programa de distribuição de alimentos (o famigerado *Fome Zero*) que alcance a totalidade daqueles que dele necessitam. Trata-se, sem dúvida, de uma questão de economia política, e não de engenharia agrícola ou industrial.

Neste sentido, uma crítica ilustre – a economista Joan Robinson – observava, em 1970, que

o sucesso do capitalismo moderno nos últimos vinte e cinco anos tem estado claramente vinculado à corrida armamentista e ao comércio

de armamentos (para não mencionar as guerras quando elas são usadas); ele não teve sucesso em superar a pobreza nos seus próprios países e não teve sucesso em ajudar (para dizer o mínimo) a promover o desenvolvimento no Terceiro Mundo. E agora nos informam que [o capitalismo moderno] está a caminho de tornar o planeta inabitável mesmo em tempo de paz.

Deveria ser obrigação dos economistas fazer o possível para esclarecer o público a respeito dos aspectos econômicos desses problemas ameaçadores. São impedidos de fazê-lo por um esquema teórico que (com quaisquer que sejam as reservas e exceções) representa o mundo capitalista como um 'kibutz' operado de uma maneira perfeitamente esclarecida para maximizar o bem-estar de todos os seus membros².

E aqui reside um aspecto instigante do paradoxo sugerido inicialmente. Se o desconcerto teórico é o traço mais notável do pensamento econômico dominante, sua retórica é suficientemente persuasiva para justificar um estado de coisas dificilmente justificável. Refiro-me, evidentemente, à já citada pobreza em meio à abundância que caracteriza o mundo moderno. Mas não se trata simplesmente de verberar con-

²Robinson, Joan. "Economic Heresies", pp. 143-144, apud Hollis e Nell, Martin e Edward J. *Rational Economic Man*, 1975; tradução brasileira *O homem econômico racional*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 310

tra a teoria neoclássica – o *esquema teórico*, citado por Joan Robinson –, como se os seus propositores estivessem apenas empenhados em garantir os privilégios da burguesia. Isso não me parece convincente. Embora a dimensão ideológica daquilo que Marx chamou de “economia política vulgar” não deva ser subestimada, não creio que a prevalência do neoclassicismo se esgote na apologia dos interesses de classe. As convicções que fundamentam essa corrente de pensamento possuem raízes menos óbvias e mais profundas. Tentar compreendê-las – e refutá-las – é uma tarefa que vai além da ação estritamente política e inclui uma boa dose de esforço teórico.

Trabalho e valor, do Prof. Francisco José S. Teixeira, segue precisamente nesta direção. Mais do que um estudo sobre *trabalho e valor*, trata-se daquilo que o subtítulo define como uma “*contribuição à crítica da razão econômica*”. Crítica essa que se materializa numa elaboração teórica de bastante fôlego, como o admite o próprio Teixeira, quando afirma que

sua pretensão não é fazer uma narrativa dos conceitos da economia, descrevendo como surgiram e se con-

*trapuseram entre si ao longo da história desta ciência. Pelo contrário, o que se pretende é bem mais ambicioso. A intenção do autor é empreender uma reconstrução do edifício conceitual da economia política, tal como foi edificado por seus fundadores. Quer-se compreender como este edifício foi construído, como cada parte foi ajustada, para formar um todo coerente chamado de ciência econômica. Neste sentido, poder-se-ia dizer que a pretensão do autor é a de empreender uma reconstrução lógico-conceitual da economia*³.

Trata-se de um professor experiente, docente de Economia e de Filosofia nas universidades estadual e federal do Ceará, autor de diversos artigos nesta área e de, pelo menos, três livros sobre o pensamento econômico⁴.

Seu ensaio⁵ se divide em duas grandes unidades onde

a primeira pretende dar conta de como a economia política, que nasce como um saber ainda calcado sobre bases metafísicas, se transforma numa ciência explicativa, tal como entende o projeto moderno de ciên-

³ Teixeira, F.J.S. *Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 13.

⁴ *Trabalho e valor em Smith e Marx*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual de Ceará, 1990; *Economia e Filosofia do Pensamento Moderno*, Campinas: Pontes, 1995; *Pensando com Marx: uma Leitura Crítico-Comentada de O capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

⁵ São, aproximadamente, 150 páginas que incluem um prefácio do sociólogo e professor aposentado da USP, Francisco de Oliveira, e ainda um posfácio do professor da U. F. do Ceará, Manfredo Araújo de Oliveira.

*cias. Na verdade, o que ... se discute é o processo pelo qual a economia política se constitui como uma verdadeira ciência*⁶.

Na segunda unidade (cujo título é: “A economia política e sua transformação numa ciência da mecânica da utilidade”⁷), o leitor é conduzido ao longo do processo que culmina na transformação desta “*verdadeira ciência*” numa “*forma de saber irracional*”. Ou seja, num saber que se debruça não mais sobre a conduta do ser humano, enquanto sujeito social, mas sobre a ação de um hipotético “*agente econômico racional*”, que se restringe a maximizar ganhos e minimizar sacrifícios, quantificáveis e plenamente antecipáveis. Trata-se, em síntese, do conhecido individualismo metodológico que fundamenta o neoclacismo dominante na teoria contemporânea.

Na primeira etapa deste trajeto, a *reconstrução lógico-conceitual* se apóia em um exame pormenorizado do método de análise em Smith e em Ricardo. Contrapõe-se a teoria fundada em uma concepção ética da natureza humana (presente tanto na “Teoria dos Sentimentos Morais” quanto na “Riqueza das Nações”) com a análise ricardiana do valor (“Princípios de Economia Política e de Tributação”), que se desenvolve a partir da estrita observação de

uma sociedade já capitalista. Ou seja, na adoção do método empírico propugnado por Newton e ao qual Teixeira atribui o caráter de verdadeiramente científico.

A segunda fase – aquela que corresponde ao abandono da teoria do valor trabalho em favor da teoria subjetiva do valor – vai buscar em Menger e Jevons os elementos necessários à compreensão deste processo. Ou seja, a entronização do indivíduo enquanto unidade de análise (Menger, nos “Princípios de Economia Política”) e a sua subsequente desidratação no já mencionado *agente econômico racional* (Jevons, em “A Teoria da Economia Política”).

E aqui – tanto na seleção dos autores quanto no exame de suas contribuições – reside o maior mérito do Prof. Teixeira; seu trabalho proporciona uma leitura/explicação, de fato, fluente e estimulante – como anuncia o seu prefaciador. O risco do estímulo intelectual, no entanto, é a curiosidade que ele desperta no estudioso familiarizado com algumas das questões aí abordadas, pois o autor quase sempre limita o seu diálogo aos pensadores relevantes de época remota (de Aristóteles a Weber, passando por Marx, Bentham, Say, Mill etc., mostrando-se particularmente avaro na sua interlocução com os contemporâneos ou predecessores mais recentes⁸.

⁶ Teixeira, 2004, pp. 13 e 14.

⁷ Teixeira, 2004, p. 81.

⁸ Em que pesem algumas escassas, porém louváveis, citações/referências a Karl Popper, Jürgen Habermas, Claudio Napoleoni, Gabriel Cohn, Maurício Coutinho, Eduardo G. Fonseca, entre poucos outros.

Neste sentido, *Trabalho e valor* pode frustrar, pelo menos parte dos seus leitores, ao não se ter posicionado frente à crescente literatura publicada ao longo das últimas três ou quatro décadas⁹. Penso, por exemplo, naqueles que se interrogam sobre o estatuto da Economia enquanto ciência ou até mesmo enquanto uma autêntica ciência social (distinta, portanto, das ciências da natureza). Nesta hipótese, seriam Newton e Popper – como parece propor Teixeira – os critérios mais adequados para definir a cientificidade da Economia Política? Será Ricardo, de fato, mais “científico” do que Smith ou apenas menos explícito em seus fundamentos “metafísicos”? E o que dizer da “razão econômica” se a Economia nunca tiver



se constituído numa “verdadeira ciência”?¹⁰ Seria então a “razão econômica” uma simples ideologia?

Mas não é apenas a questão da ciência e do método em Economia que estão ausentes das referências contemporâneas de *Trabalho e valor*. Também na própria reconstrução do edifício conceitual da economia política – que se confunde com a gênese e a consolidação do individualismo metodológico – o autor passa ao largo de estudos mais recentes e possivelmente relevantes para a sua linha de argumentação. Penso, por exemplo, nas obras já em português e razoavelmente difundidas de Louis Dumont (*Homo Aequalis*, 1977) ou de Martin Hollis e Edward Nell (*O homem econômico racional*, 1975) entre outras.

⁹ Lembro, a título de simples ilustração e sem qualquer pretensão mais abrangente, alguns dos estudos mais frequentemente citados como: Friedman, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

Schumpeter, J. “History of Economic Analysis” Londres: Allen & Unwin, Sexta impressão, 1967 (1954) – veja-se especialmente a Parte I, Introdução: Escopo e Método Robinson, Joan “Economic Philosophy” Nova York: Anchor Books, 1964 (1962). Meek, Ronald L. “Economics and Ideology and Other Essays: Studies in the Development of Economic Thought” Londres: Chapman & Hall, 1967 – especialmente no ensaio que dá nome à coletânea McCloskey, D. “The Rhetoric of Economics” Madison: University of Wisconsin Press, 1985. Blaug, Mark “Methodology of Economics; or How Economists Explain” Cambridge: Cambridge University Press, Segunda Edição, 1992 [já traduzido para o português pela Edusp]. Boland, L. “The Foundation of Economic Method” Londres: Allen & Unwin, 1982, Lawson, Tony “Economics & Reality” Londres: Routledge, 1997.

¹⁰ Talvez aqui caiba a provocação de Daniel M. Hausman, que, em sua introdução a uma antologia de filosofia econômica, observa que “à medida que as credenciais científicas da Economia se afirmam, elevam-se as remunerações de seus consultores”. Hausman D. ‘Introduction’, in Hausman, Daniel (ed.) *The philosophy of economics*. Cambridge: Cambridge University Press, segunda edição 1994, p. 1.



Enfim, parafraseando Francisco de Oliveira, que, em seu prefácio, se refere ao ensaio de Teixeira como a um “*banquete clássico*” que deve ser “*devorado pelo leitor com paciência e gosto*”, eu me congratulo com a satisfação de quem degustou um saboroso *primo piatto*, mas ainda aguarda, ansiosamente, *il secondo*.